

determinados na lei, necessitar da força interventora do direito penal, que apesar de tudo, tem de ser entendida, to
dizer, como ultima ratio.

35. ainda no domínio deste título sublinhe-se a consagração de um capítulo especial relativo aos chamados «crimes
sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do agente». visa-se, assim, proteger penalmente um vasto s
economia nacional mas não tolher os movimentos dos responsáveis que os representam.

sabe-se que a vida económica se baseia, muitas vezes, em decisões rápidas que envolvem riscos, mas que têm de se
sob pena de a omissão ser mais prejudicial que o eventual insucesso da decisão anteriormente assumida. daí que n
punível o acto decisório que, pelo jogo combinado de circunstâncias aleatórias, provoca prejuízos, mas só aquelas co
intencionais que levam à produção de resultados desastrosos. conceber de modo diferente seria nefasto - as experi
feitas - e obstaria a que essas pessoas de melhores e reconhecidos méritos receassem assumir lugares de chefia na
sectores da vida económica nacional.

36. para finalizar diga-se que nos crimes contra o estado o ponto saliente reside na mais correcta e cuidada definiçã
subjectiva dos elementos que constituem cada um dos diferentes tipos legais de crime que este título encerra. por o
fundamentalmente, no que se refere aos crimes contra a segurança interna do estado, o bem jurídico que se proteg
ordem democrática constitucional. desta forma, o bem jurídico não se dilui na própria noção de estado, antes se cor
valor que este, para a sua prossecução, visa salvaguardar.

livro i

parte geral

título i

da lei criminal

capítulo único

princípios gerais

artigo 1.º

princípio da legalidade

1 - só pode ser punido criminalmente o facto descrito e declarado passível de pena por lei anterior ao momento da

2 - a medida de segurança só pode ser aplicada a estados de perigosidade cujos pressupostos estejam fixados em le
ao seu preenchimento.

3 - não é permitido o recurso à analogia para qualificar um facto como crime, definir um estado de perigosidade ou
a pena ou medida de segurança que lhes corresponde.

artigo 2.º

aplicação no tempo

1 - as penas e as medidas de segurança são determinadas pela lei vigente no momento da prática do facto ou do
preenchimento dos pressupostos de que dependem.

2 - o facto punível segundo a lei vigente no momento da sua prática deixa de o ser se uma lei nova o eliminar do nú
infracções; neste caso, e se tiver havido condenação, ainda que transitada em julgado, cessam a execução e os seus
penais.

3 - quando a lei valer para um determinado período de tempo, continua a ser punível o facto praticado durante esse

4 - quando as disposições penais vigentes no momento da prática do facto punível forem diferentes das estabelecid
posteriores, é sempre aplicado o regime que concretamente se mostrar mais favorável ao agente; se tiver havido co
ainda que transitada em julgado, cessam a execução e os seus efeitos penais logo que a parte da pena que se encon
cumprida atinja o limite máximo da pena prevista na lei posterior.

artigo 3.º

momento da prática do facto

o facto considera-se praticado no momento em que o agente actuou ou, no caso de omissão, deveria ter actuado,
independentemente do momento em que o resultado típico se tenha produzido.

artigo 4.º

aplicação no espaço: princípio geral

salvo tratado ou convenção internacional em contrário, a lei penal portuguesa é aplicável a factos praticados:

a) em território português, seja qual for a nacionalidade do agente; ou

b) a bordo de navios ou aeronaves portuguesas.

artigo 5.º

factos praticados fora do território português

1 - salvo tratado ou convenção internacional em contrário, a lei penal portuguesa é ainda aplicável a factos cometid
território nacional:

a) quando constituírem os crimes previstos nos artigos 221.º, 262.º a 271.º, 308.º a 321.º, 325.º a 334.º, 336.º a 345.º;

b) contra portugueses, por portugueses que viverem habitualmente em Portugal ao tempo da sua prática e aqui for
encontrados.

c) quando constituírem os crimes previstos nos artigos 144.º-a, 144.º-b, 154.º-b e 154.º-c, 159.º a 161.º, 278.º a 280.º, 3
372.º a 374.º, desde que o agente seja encontrado em Portugal e não possa ser extraditado ou entregue em resultac

execução de mandado de detenção europeu ou de outro instrumento de cooperação internacional que vincule o estado português;

d) quando constituírem os crimes previstos nos artigos 171.º, 172.º, 174.º, 175.º e 176.º a 176.º-b e, sendo a vítima m crimes previstos nos artigos 144.º, 163.º e 164.º;

i) desde que o agente seja encontrado em Portugal e não possa ser extraditado ou entregue em resultado de execução de mandado de detenção europeu ou de outro instrumento de cooperação internacional que vincule o estado português;

ii) quando cometidos por portugueses ou por quem resida habitualmente em Portugal; ou

iii) contra menor que resida habitualmente em Portugal;

e) por portugueses, ou por estrangeiros contra portugueses, sempre que:

i) os agentes forem encontrados em Portugal;

ii) forem também puníveis pela legislação do lugar em que tiverem sido praticados, salvo quando nesse lugar não se possa aplicar o poder punitivo; e

iii) constituírem crime que admita extradição e esta não possa ser concedida ou seja decidida a não entrega do agente em execução de mandado de detenção europeu ou de outro instrumento de cooperação internacional que vincule o estado português;

f) por estrangeiros que forem encontrados em Portugal e cuja extradição haja sido requerida, quando constituírem crime que admita a extradição e esta não possa ser concedida ou seja decidida a não entrega do agente em execução de mandado de detenção europeu ou de outro instrumento de cooperação internacional que vincule o estado português;

g) por pessoa colectiva ou contra pessoa colectiva que tenha sede em território português.

2 - a lei penal portuguesa é ainda aplicável a factos cometidos fora do território nacional que o estado português se obriga a julgar por tratado ou convenção internacional.

artigo 6.º

restrições à aplicação da lei portuguesa

1 - a aplicação da lei portuguesa a factos praticados fora do território nacional só tem lugar quando o agente não tiver sido julgado no país da prática do facto ou se houver subtraído ao cumprimento total ou parcial da condenação.

2 - embora seja aplicável a lei portuguesa, nos termos do número anterior, o facto é julgado segundo a lei do país em que foi praticado sempre que esta seja concretamente mais favorável ao agente. a pena aplicável é convertida na que corresponder no sistema português, ou, não havendo correspondência directa, naquela que a lei portuguesa previr.

3 - o regime do número anterior não se aplica aos crimes previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior.

artigo 7.º

lugar da prática do facto

1 - o facto considera-se praticado tanto no lugar em que, total ou parcialmente, e sob qualquer forma de participação, o agente actuou, ou, no caso de omissão, devia ter actuado, como naquele em que o resultado típico ou o resultado n compreendido no tipo de crime se tiver produzido.

2 - no caso de tentativa, o facto considera-se igualmente praticado no lugar em que, de acordo com a representação, o resultado se deveria ter produzido.